

## **LEI Nº 12.076, DE 10 DE JUNHO DE 2016**

**Altera o art. 14, *caput* e seus incs. I, II e III, da Lei nº 11.400, de 27 de dezembro de 2012, alterada pela Lei nº 11.890, de 24 de julho de 2015, e altera o *caput* e inclui incs. I, II, III e IV no art. 3º da Lei nº 11.964, de 30 de novembro de 2015, dispondo sobre o valor de gratificações especiais que especifica.**

### **O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Ficam alterados o *caput* e os incs. I, II e III do art. 14 da Lei nº 11.400, de 27 de dezembro de 2012, alterada pela Lei nº 11.890, de 24 de julho de 2015, conforme segue:

“Art. 14. Fica atribuída gratificação especial, não incorporável à remuneração e aos proventos e não sujeita à incidência de contribuição previdenciária, aos servidores designados para função gratificada ou nomeados para cargo em comissão:

I – de nível 8 (oito) que estejam lotados na SMGes, no valor de R\$ 8.058,60 (oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta centavos), reajustáveis nas mesmas datas e pelos mesmos índices da política salarial do Município de Porto Alegre;

II – de nível 8 (oito) que exerçam os cargos de secretários-adjuntos da Administração Municipal Centralizada, diretores-adjuntos ou vice-presidentes de autarquias, fundações ou empresas públicas do Município de Porto Alegre ou coordenador-geral da Assessoria Operacional do Gabinete do Prefeito e que não possuam formação em nível superior, no valor de R\$ 2.034,00 (dois mil e trinta e quatro reais), reajustáveis nas mesmas datas e pelos mesmos índices da política salarial do Município de Porto Alegre; e

III – de nível 7 (sete) que estejam lotados no Serviço de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor, na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (SMIC), no valor de R\$ 8.058,60 (oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta centavos), reajustáveis nas mesmas datas e pelos mesmos índices da política salarial do Município de Porto Alegre.” (NR)

**Art. 2º** No art. 3º da Lei nº 11.964, de 30 de novembro de 2015, fica alterado o *caput*, e ficam incluídos incs. I, II, III e IV no *caput*, conforme segue:

“Art. 3º Fica atribuída gratificação especial, não incorporável à remuneração e aos proventos e não sujeita à incidência de contribuição previdenciária, aos servidores designados para função gratificada ou nomeados para cargo em comissão criados nesta Lei, reajustáveis nas mesmas datas e pelos mesmos índices da política salarial do Município de Porto Alegre, nos seguintes valores:

I – R\$ 5.016,40 (cinco mil, dezesseis reais e quarenta centavos), para função gratificada ou cargo em comissão de nível 5;

II – R\$ 5.929,80 (cinco mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta centavos, para função gratificada ou cargo em comissão de nível 6;

III – R\$ 7.712,40 (sete mil, setecentos e doze reais e quarenta centavos), para função gratificada ou cargo em comissão de nível 7; e

IV – R\$ 8.058,60 (oito mil, cinquenta e oito reais e sessenta centavos), para função gratificada ou cargo em comissão de nível 8.

.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 10 de junho de 2016.

José Fortunati,  
Prefeito.

Paulo Guimarães,  
Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se.

Urbano Schmitt,  
Secretário Municipal de Gestão.